



Boletim Nº 210 – Janeiro 2015 - [Veja versão online](#)



Assine o boletim mensal do WRM.

O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas.

A assinatura é totalmente gratuita.

## NOSSA OPINIÃO



### [Os múltiplos desafios para a resistência e a mobilização populares em defesa das florestas](#)

Para iniciar um ano novo, as pessoas costumam expressar desejos e esperanças de um mundo melhor. Nesse sentido, enquanto WRM, desejaríamos um ano onde as florestas realmente começassem a ser conservadas e os povos que delas dependem pudessem viver em liberdade dentro dos seus territórios, como um passo na luta por um mundo mais justo. No entanto, se olharmos com mais atenção para o mundo em que vivemos hoje, constataremos que temos enormes desafios pela frente, por exemplo: como podemos fortalecer a resistência e a mobilização populares para que a destruição das florestas pare de avançar?

## A DESTRUIÇÃO DE FLORESTAS E TERRITÓRIOS DIANTE DA RESISTÊNCIA DE SEUS POVOS



### [Parem todas as barragens na Bacia do Mekong!](#)

Em setembro de 2014, as redes de comunidades pesqueiras do Camboja e da Tailândia se reuniram, unidas por muita solidariedade e pelo compromisso de compartilhar e divulgar os impactos relacionados às grandes usinas hidrelétricas que estão sendo construídas ao longo do rio Mekong e seus afluentes. Elas alertaram que o futuro do Mekong – o pai de todos os rios do sudeste asiático – bem como dos meios de subsistência e das culturas dos povos que dependem dele corre sérios riscos com o rápido avanço de grandes hidrelétricas planejadas e em construção.



### [Brasil: Os inúmeros problemas em torno da empresa Suzano](#)

No final de 2013, a organização internacional Biofuelwatch, com a colaboração do WRM e da ONG brasileira CEPEDDES, publicou um estudo de caso sobre o projeto de plantações de eucalipto como biomassa para energia da empresa brasileira Suzano Papel e Celulose, no estado de Maranhão, nordeste do Brasil. O presente artigo tem como objetivo atualizar as informações sobre o contexto desse projeto, um dos primeiros – não só no Brasil, mas também na América Latina – a promover plantações de eucalipto específicas para biomassa. Futuramente, a União Europeia, buscando alternativas energéticas a seu altíssimo consumo de combustíveis fósseis, será o provável destino dos pellets de madeira (wood pellets) da Suzano.

Share ▼

---

### [Guatemala: Críticas ao processo de consulta da Mesa Redonda sobre Óleo de Dendê](#)

Várias organizações de base em Guatemala fizeram um pronunciamento diante do processo de consulta sobre os princípios e



critérios de responsabilidade social empresarial da Mesa Redonda de Óleo de Dendê (RSPO, na sigla em inglês). As organizações assinadas reuniram-se com o objetivo de conhecer, analisar e discutir os princípios e critérios propostos pela Mesa Redonda, para dar sua opinião no processo de Consulta Pública sobre o Documento de Interpretação Nacional, que será concluído no dezembro de 2014.



### “Tirando a polpa de madeira” da alimentação local

Um dos gigantes de papel e celulose da Indonésia, a Asia Pulp & Paper (APP), está planejando construir uma nova fábrica de celulose, não só para fornecê-la a indústrias de papel do Grupo APP, mas também para ter a sua própria produção de papel. A destruição das turfeiras onde estão localizados vários dos povoados que seriam afetados pela construção e operação da fábrica poderia causar enchentes e a destruição de sistemas agrícolas estabelecidos há muito tempo. Além disso, a contínua expansão das concessões de plantações industriais de árvores sobre as turfeiras de Sumatra do Sul já está causando aumento da poluição atmosférica, incêndios e impactos sociais negativos.



### Chile: o desacreditado selo FSC continua legitimando monocultivos industriais

As empresas Forestal Mininco e Forestal Arauco concentram a grande maioria das atividades florestais no Chile, com quase dois milhões de hectares para monocultivos de espécies exóticas, principalmente pínus e eucalipto. Apesar da resistência, das denúncias e das graves críticas de diversas organizações e comunidades indígenas Mapuche, ambas as empresas foram certificadas com o selo FSC por consultorias estrangeiras.



### Cercando territórios em busca de lucro financeiro

O cercamento de terras, florestas e água por empresas privadas e ou por Estados não é um fenômeno novo. Muito do que cresce na terra, daquilo que é cultivado pelos seres humanos, que flui sobre e sob a terra, que forma paisagens e ecossistemas, que é construído na terra e que é

extraído da terra tem sido mercantilizado. O que é novo é a variedade de meios, mecanismos e instrumentos pelos quais se exerce o controle político e econômico sobre a terra e a natureza, e pelos quais a terra e a riqueza baseada nela estão se transformando em produtos em novos mercados. Países com grandes economias agrárias no sul global já abriram suas fronteiras ao investimento estrangeiro direto, com muitos desses investimentos sustentados por complexos contratos de financiamento e múltiplas fontes de capital, incluindo financiadores públicos, privados e multilaterais. Muitas vezes, as populações locais afetadas por esses negócios perdem seus meios de subsistência, suas casas, culturas, identidades e o acesso a alimentos. São expulsas à força ou relocadas, e muitas vezes empurradas para o trabalho assalariado precário e mal remunerado.

---

## POVOS EM AÇÃO



[Nigéria: Contos da Terra da Concentração](#)



[Reunião de representantes de toda a Papua pede dez anos de moratória para as indústrias implementarem novas plantações e praticarem a silvicultura](#)



[“Esta terra é para todos nós”: uma comunidade rama em Bangkukuk, na Nicarágua, fala sobre o Projeto do Grande Canal](#)



[Equador: Chevron-Texaco deve pagar pela devastação causada na Amazônia](#)

## RECOMENDADOS



[Ideias para o Pensamento Político da Via Campesina na Amazônia](#)



[Ganância e resistência na floresta tropical de Sarawak](#)

[Plantar pobreza. o negócio florestal no Chile](#)



[Meios de subsistência locais da África ameaçados à medida que produtores de óleo de dendê tomam mais terras](#)

[Lavando a Diversidade: Os impactos das plantações de dendê em Palawan, Filipinas](#)

[Documentário “A natureza, novo paraíso financeiro”](#)



---

## NOSSA OPINIÃO



### Os múltiplos desafios para a resistência e a mobilização populares em defesa das florestas

Para iniciar um ano novo, as pessoas costumam expressar desejos e esperanças de um mundo melhor. Nesse sentido, enquanto WRM, desejaríamos um ano onde as florestas realmente começassem a ser conservadas e os povos que delas dependem pudessem viver em liberdade dentro dos seus territórios, como um passo na luta por um mundo mais justo. No entanto, se olharmos com mais atenção para o mundo em que vivemos hoje, constataremos que temos enormes desafios pela frente, por exemplo: como podemos fortalecer a resistência e a mobilização populares para que a destruição das florestas pare de avançar?

Isso parece bastante pertinente se olharmos os resultados da última Conferência do Clima da ONU, no Peru, no último mês de dezembro. Buscando resumir esses resultados, poderíamos dizer que o avanço das indústrias de petróleo, mineração, plantações de dendê (palma africana) e madeira sobre a floresta amazônica peruana é muito mais rápido e forte do que o avanço dos governos reunidos em Lima para tentar chegar a um novo acordo sobre o clima, em Paris, este ano. Esse novo acordo deveria incluir medidas à altura da gravidade da crise climática que o mundo enfrenta, ou seja, com reduções drásticas e obrigatórias nas emissões de gases de efeito estufa, em consonância com a responsabilidade histórica de cada país. Isto para que exista alguma chance de os povos do mundo, e principalmente os mais vulneráveis, não precisarem enfrentar mudanças climáticas desenfreadas num futuro próximo.

A falta de vontade para chegar a esse tipo de acordo foi um dos principais motivos que levaram milhares de pessoas às ruas de Lima durante a Conferência, para realizar a Marcha Mundial em

Defesa da Mãe Terra. Mesmo sabendo que, no mundo, somos maioria enquanto povos afetados pelo atual modelo de produção responsável pela crise climática, uma atuação em conjunto no sentido de nos organizarmos, nos mobilizarmos e resistirmos a esse modelo continua sendo um grande desafio. Praticamente todos os governos ao nosso redor costumam defender – por diferentes motivos – a continuação da apropriação e da destruição de florestas para alimentar esse modelo de produção desenvolvimentista, extrativista, globalizado, de grande escala, dominado pelo capital financeiro e por corporações transnacionais. São esses atores, em conjunto, que fazem de tudo para que não nos mobilizemos. Ao contrário, esperam que nos transformemos em obedientes consumidores dos produtos das multinacionais.

Se as populações do mundo tivessem realmente condições de ir, por exemplo, até Lima ou outros lugares onde os nossos governos discutem grandes questões que afetam a humanidade, certamente o número de pessoas que participam de uma Marcha seria muito maior. Mas, por agora, o maior número de mobilizações e protestos em defesa das florestas e contra a desterritorialização das pessoas acontece dentro dos territórios de comunidades. Eles ocorrem lá na localidade onde uma ou várias comunidades sofrem sérias ameaças de perder seu território e, com isso, sua fonte de vida. Muitas vezes, essas milhares de mobilizações e ações locais ocorrem sem muita visibilidade ou apoio. Mas elas crescem a cada dia, devido à expansão de grandes projetos sobre as florestas e os territórios, como barragens, monocultivos (veja artigos neste boletim, sobre Laos, Indonésia e Brasil), mineração e extração de petróleo (veja o Boletim 209 do WRM), e também de projetos de REDD+ (veja “[10 alertas sobre REDD para comunidades](#)”) como uma nova forma de apropriação dos territórios das populações que dependem das florestas. Apesar da repressão e da criminalização, há comunidades que contam histórias incríveis de vitórias quando sua união e sua determinação conseguem derrubar o poder político e repressivo de uma multinacional transnacional e sua teia de influência (veja artigo sobre a Suzano, neste boletim). Mas, muitas vezes, os atos de repressão, intimidação e cooptação por parte de empresas e governos falam mais alto e conseguem derrubar a resistência das comunidades.

Além do desafio de continuar apoiando essas lutas locais em todos os países com florestas tropicais na Ásia, na África e na América Latina, sobretudo aquelas que contam com pouco ou nenhum apoio, talvez haja dois grandes processos desafiadores importantes que vale a pena lembrar neste início de ano.

Primeiro, a articulação maior dos milhares de lutas locais com o objetivo de fortalecê-las, formando redes, articulações, atividades de formação política em conjunto, para compreender o que há por trás da destruição e da expulsão da qual todas são vítimas. Essas articulações, em todos os níveis, são importantes porque podem criar movimentos maiores, capazes não só de apoiar a resistência local, mas também de incomodar governos e corporações que só querem manter e continuar impondo suas políticas de projetos destrutivos sobre os territórios dos povos. Experiências de articulação desse tipo mostram como elas são ricas e animadoras para quem delas participa, e como possibilitam a prática da solidariedade mútua, pois valorizam a luta e a participação de cada comunidade. Importante também é a iniciativa que surge em vários países, de buscar construir redes e movimentos maiores de resistência, em conjunto com comunidades que ainda não são afetadas por projetos destruidores e ainda contam com sua floresta, com seu território, mas que também correm risco de ser despejadas e criminalizadas.

O segundo desafio é criar outra resistência, hoje quase inexistente: a de começar a dizer não aos tantos produtos, inclusive às corporações por trás desses produtos, que resultam em expulsão das populações dos seus territórios e na destruição da floresta, o que aprofunda ainda mais a crise climática. Por exemplo, produtos como madeira tropical ou minérios, papel ou cosméticos, azeite de dendê ou soja, camarão ou combustíveis. São muitos os produtos que resultam de atividades destrutivas em algum país distante, como a extração de minérios, do petróleo, da madeira tropical, o monocultivo em larga escala, a carcinicultura. Insistir em “selos verdes”, como existem, por exemplo, para plantações de árvores – FSC ou o RSPO (veja artigo sobre a Guatemala neste boletim e no [boletim 201](#)) – tem mostrado sua incapacidade de acabar com a destruição das florestas ou defender os territórios para as comunidades. Os selos têm servido mais como “passaportes” para as empresas se consolidarem onde estão e avançarem com plantações em novas regiões e países, além de servir para que conquistem novos mercados consumidores.

O desafio, portanto, é produzir algo diferente, uma resistência que esteja em sintonia com as milhares de lutas nos territórios, sabendo que haverá novamente muitas forças contrárias a esse tipo de mobilização por parte de governos e corporações, e também de um grupo de ONGs., Por exemplo, um chamado a ações organizadas de boicote aos produtos da floresta nos mercados de maior consumo, inclusive às corporações que estão por trás desses produtos, costuma ser considerado “injusto” porque afetaria negativamente o país exportador e sua população, mas seria “irrealista” se não se conseguisse apresentar uma alternativa ao consumidor. Mas sabemos que as exportações das matérias-primas dos países com florestas tropicais costumam beneficiar muito pouco a população nesses países, ao mesmo tempo em que costumam destruir modos de produção existentes e os territórios fundamentais para o modo de vida da população. Sabemos também que o consumo de produtos globalizados, por exemplo, de madeira tropical, que é mais usada em produtos de luxo, é desnecessário, porque não prejudica o “bem estar” da população como um todo.

Fica evidente que a defesa da floresta, ou da “Mãe Terra”, como foi chamada a Marcha em Lima, representa uma tarefa urgente e implica múltiplos desafios. Requer uma resistência e uma mobilização populares que não poderão se restringir às regiões da floresta ou a algumas mobilizações, caso contrário, as florestas dificilmente sobreviverão. São necessárias novas ideias criativas e propostas corajosas.

## A DESTRUIÇÃO DE FLORESTAS E TERRITÓRIOS DIANTE DA RESISTÊNCIA DE SEUS POVOS



### Parem todas as barragens na Bacia do Mekong!

Em setembro de 2014, as redes de comunidades pesqueiras do Camboja e da Tailândia se reuniram, unidas por muita solidariedade e pelo compromisso de compartilhar e divulgar os impactos relacionados às grandes usinas hidrelétricas que estão sendo construídas ao longo do rio Mekong e seus afluentes. Elas alertaram que o futuro do Mekong – o pai de todos os rios do sudeste asiático – bem como dos meios de subsistência e das culturas dos povos que dependem dele corre sérios riscos com o rápido avanço de grandes hidrelétricas planejadas e em construção (1).

Desde meados de 2006, empresas tailandesas, malásias, vietnamitas e chinesas vêm preparando estudos detalhados para construir uma cascata de onze grandes usinas hidrelétricas no fluxo principal do Mekong. Oito delas estão no Laos, duas no Camboja e duas na fronteira entre Tailândia e Laos. A maior parte da energia gerada seria enviada principalmente a cidades na Tailândia e a algumas no Vietnã, no Camboja e no Laos, todas com alto consumo de energia. No total, as barragens criariam mais de 600 quilômetros de reservatórios ao longo do Mekong, o que, de acordo com estimativas oficiais, demandaria o reassentamento de 88.000 pessoas (2). Em 2008, foi estabelecida a “Coalizão Salve o Mekong”, que lançou sua campanha para proteger o rio dessas barragens a ser construídas em seu fluxo. A coalizão é uma rede de grupos da sociedade civil, acadêmicos, jornalistas, artistas, pescadores, agricultores e pessoas comuns de dentro dos países do Mekong, em níveis regional e internacional, que vêm trabalhando em conjunto para proteger o rio, os seus recursos e os meios de subsistência das pessoas (3).

Comunidades pesqueiras da região dependem do Mekong e do grande lago Tonle Sap, do Camboja, que também depende diretamente das águas do Mekong, principalmente para a desova e a migração de peixes. Rios de fluxo livre fornecem peixes e nutrientes para alimentar o solo de florestas e terras agrícolas. Os rios e o lago são a base das culturas e dos modos de subsistência locais. As economias locais são alimentadas pelos rios, da pesca à agricultura e ao turismo. As florestas inundadas ao longo do Mekong, seus afluentes e o Tonle Sap também proporcionam outros meios de subsistência, incluindo medicamentos à base de plantas e alimentos. Juntos, o baixo Mekong e o Tonle Sap produzem 2,1 milhões de toneladas de peixes de água doce por ano e alimentam a vida de pelo menos 6 milhões de pessoas na bacia. Importantes afluentes do Mekong, incluindo o rio Mun, na Tailândia, o Sesan no Camboja e no Vietnã, e o Theun, no Laos, são conhecidos como as áreas mais ricas em recursos pesqueiros. O Tonle Sap, com cerca de quatro milhões de pessoas vivendo em suas proximidades, também é muito singular e valioso, com a maior área de pesca de água doce do Sudeste Asiático. Sem se manter a boa saúde do Mekong, a saúde do Tonle Sap também estará ameaçada.

Desde que a China deu início à construção da primeira barragem no Alto Mekong, as comunidades pesqueiras do Baixo Mekong vêm testemunhando mudanças dramáticas nos níveis de água e a contínua redução nos peixes. Afluentes do Mekong enfrentam problemas semelhantes. Enquanto a hidrelétrica de Pak Mun, no Rio Mun, tornou-se o maior caso de um movimento antibarragem na Tailândia há mais de duas décadas, a Barragem das Cataratas de Yali, no Rio Sesan, no Vietnã, era conhecida por ser o primeiro e sofrido exemplo de construção de barragens com impacto sobre comunidades pesqueiras também no Camboja; bem como a Barragem de Nam Theun 2, no Rio Theun, na República Democrática do Laos, um país cujas fronteiras com Mianmar, Camboja, China, Tailândia

e Vietnã são todas terrestres. Sérias preocupações e lutas surgem não só na região do Mekong, mas também entre os outros países do Sudeste Asiático e são compartilhadas por grupos internacionais. No entanto, os problemas continuam sem solução.

#### A hidrelétrica de Don Sahong

O governo do Laos está planejando construir a Hidrelétrica de Don Sahong – a segunda barragem sobre o fluxo principal do Baixo Mekong após a barragem de Xayaburi, que está em construção. Se construída, Don Sahong irá bloquear totalmente o canal Hou Sahong do Mekong, no sul do Laos, ameaçando a migração de peixes em toda a região, com amplas consequências para a soberania alimentar e os meios de subsistência no Laos, no Camboja, na Tailândia e no Vietnã. O local previsto também é o lar de uma das últimas populações remanescentes de golfinhos irrawaddy, que correm sério risco de extinção, bem como das icônicas cataratas de Khone Phapheng, e está próximo a um local de zona úmida protegida internacionalmente pela convenção de Ramsar, a jusante, no Camboja (4).

Desde setembro de 2013, o Governo do Laos tem se esforçado para levar adiante a Hidrelétrica de Don Sahong, e já está fazendo algumas obras de infraestrutura. Além disso, a discussão sobre o reassentamento das comunidades pesqueiras começou antes de qualquer consulta aos governos vizinhos, mesmo que os impactos também afetem diretamente a tailandeses, cambojanos e vietnamitas. Depois de várias reuniões, os governos de Camboja e Vietnã finalmente manifestaram preocupação com os potenciais impactos da barragem de Don Sahong. O governo do Vietnã já pediu uma moratória de dez anos sobre toda a construção de barragens no Mekong.

Os moradores locais têm recebido informação enganosa e incompleta sobre os prováveis impactos negativos da barragem (5). A organização de base Assembleia dos Pobres sobre a Barragem de Pak Mun, na Tailândia, que passou 26 anos lutando contra os impactos da barragem e sofreu a perda de seus meios de subsistência e pesca, pleiteou, em dezembro passado, que o governo tailandês exigisse do governo do Laos a interrupção da construção da barragem de Don Sahong. Eles também ressaltaram a necessidade de convocar uma reunião da Comissão do Rio Mekong – uma organização regional de gestão das bacias hidrográficas dirigida pelos governos de Camboja, Laos, Tailândia e Vietnã – antes de tomar qualquer decisão, para avaliar claramente os verdadeiros impactos da barragem de Don Sahong (6).

#### As vozes dos afetados

Apesar dos graves impactos transfronteiriços e das preocupações levantadas por muitos grupos locais e internacionais, a maioria das barragens ainda é planejada e proposta apenas pelo governo, que continua a ser o único a tomar as decisões. No entanto, membros das comunidades de pesca, incluindo as dos países a montante e a jusante das barragens, serão as únicas a suportar os impactos.

A flutuação não natural do rio Mekong é uma das graves preocupações compartilhadas. O aumento e a diminuição contínuos e sem precedentes do nível do rio em toda a bacia prejudicam espécies de peixes e reduzem sua população. A agricultura ribeirinha está sendo prejudicada por inundações fora de estação que atingem os cultivos e deslocam a margem.

As redes das comunidades pesqueiras que se reuniram em setembro passado reiteraram claramente que “qualquer ato para impedir que as pessoas em países do Mekong saibam sobre as barragens ou de as proibir de erguer suas vozes contra os projetos é uma total violação dos direitos humanos e de nossos direitos básicos. Acreditamos que as pessoas que vivem na Bacia do Mekong são as donas do rio e dos recursos ribeirinhos. Acreditamos que essas pessoas têm direito de proteger nossos rios e o lago Tonle Sap de qualquer ato que possa destruí-los. Insistimos: nós, o povo não permitiremos qualquer barragem na Bacia do Mekong que possa nos tirar nossos recursos. Portanto, declaramos conjuntamente que nos opomos a todas as grandes hidrelétricas na bacia do Mekong”.

(1) <http://www.flipsnack.com/A5AA9B6BDC9/stop-all-mekong-basin-dams.html>

(2) [http://www.internationalrivers.org/files/attached-files/mekong\\_mainstream\\_aug09.pdf](http://www.internationalrivers.org/files/attached-files/mekong_mainstream_aug09.pdf)

(3) <http://www.savethemekong.org/>

(4) <https://www.rainforest-rescue.org/mailalert/979/the-mekong-river-means-life-stop-the-don-sahong-dam#>

(5) [http://www.internationalrivers.org/files/attached-files/don\\_sahong\\_briefing\\_sheet\\_2.7.14.pdf](http://www.internationalrivers.org/files/attached-files/don_sahong_briefing_sheet_2.7.14.pdf)

(6) [http://www.terraper.org/mainpage/top\\_stories\\_detail\\_en.php?tid=243&langs=en](http://www.terraper.org/mainpage/top_stories_detail_en.php?tid=243&langs=en)

---



## Brasil: Os inúmeros problemas em torno da empresa Suzano

No final de 2013, a organização internacional Biofuelwatch, com a colaboração do WRM e da ONG brasileira CEPEDDES, publicou um estudo de caso sobre o projeto de plantações de eucalipto como biomassa para energia da empresa brasileira Suzano Papel e Celulose, no estado de Maranhão, nordeste do Brasil (1). O presente artigo tem como objetivo atualizar as informações sobre o contexto desse projeto, um dos primeiros – não só no Brasil, mas também na América Latina – a promover plantações de eucalipto específicas para biomassa. Futuramente, a União Europeia, buscando alternativas energéticas a seu altíssimo consumo de combustíveis fósseis, será o provável destino dos pellets de madeira (wood pellets) da Suzano.

O estudo de 2013 sobre as plantações da Suzano mostrou, entre outras coisas, graves conflitos pela terra entre comunidades tradicionais da região do Baixo Parnaíba, no Maranhão, e a empresa. O estudo também mostrou que a empresa praticou desmatamento em uma área que é de transição entre a floresta Amazônica e o Cerrado, com uma biodiversidade muito peculiar, de importância imensurável para a sobrevivência das comunidades tradicionais locais.

Desde então, uma notícia que ganhou destaque em relação à Suzano e suas plantações de eucalipto foi sua solicitação de licença às autoridades brasileiras para plantar, em escala comercial, um eucalipto transgênico desenvolvido pela empresa de biotecnologia FuturaGene, da propriedade da Suzano. Se for aprovada, será a primeira licença para o plantio comercial de árvores transgênicas visando a obtenção de madeira, não só no Brasil, mas também na América Latina, e a segunda mundialmente, depois da China (veja mais sobre os principais problemas com as árvores transgênicas no [Boletim 206](#) e no [site do WRM](#)). Numa audiência pública sobre o pedido da Suzano, na capital Brasília, em setembro de 2014, duas cartas contrárias foram entregues à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). As cartas foram assinadas por centenas de organizações e movimentos sociais brasileiros e internacionais (2). A CTNBio só deve tomar sua decisão final em 2015, depois de a Suzano terminar seu relatório sobre os experimentos de campo. Enquanto isso, a Campanha global “Pare as árvores transgênicas” mandou uma carta à direção do Conselho de Manejo Florestal (FSC), questionando, mais uma vez esse selo de certificação já muito criticado. O objetivo é que aplique um dos seus poucos critérios que não favorecem as empresas de plantações industriais de árvores – o de não permitir árvores transgênicas em áreas certificadas pelo FSC – lembrando que boa parte dos 350 mil hectares de plantações da Suzano já foi certificada pelo FSC (3).

A Suzano alega que o principal objetivo de promover o plantio de árvores transgênicas é aumentar a produtividade, ou seja, a competitividade. Isso parece fazer todo o sentido em um contexto em que a crescente demanda por biomassa de madeira (pellets) para produção de energia na Europa ainda está sendo fornecida, na sua grande maioria, por empresas do Sul dos EUA, onde há um grande estoque disponível de madeira oriunda de plantações. O restante dos pellets vem de países como Canadá e Rússia. Só entre 2012 e 2013, as importações de pellets de madeira da Europa aumentaram de 8,5 para 11,3 milhões de toneladas, enquanto as exportações dos EUA para a Europa cresceram 50%, de 1,9 para 2,9 milhões de toneladas. (4)

Outro problema constatado recentemente em relação à Suzano é a pulverização aérea de agrotóxicos. O estudo de caso de 2013, citado acima, já mostrou indícios do uso desse método – pouco comum até agora – nos monocultivos de árvores. Na ocasião, um avião pulverizador estava sobrevoando e pousou nas plantações de eucalipto da Suzano, aparentemente trabalhando e aplicando produtos nos eucaliptais. Recentemente, um jornal local, no estado da Bahia, denunciou a aplicação aérea de agrotóxicos pela Suzano na região de Mucuri e os riscos que isso gera para a saúde humana. O artigo cita um estudo acadêmico de uma universidade federal brasileira apontando graves impactos desse método considerado “mais eficiente” pelas empresas: a contaminação de rios, lagos e lagoas próximos às áreas de aplicação, a contaminação da chuva através da evaporação do veneno e as intoxicações crônicas das pessoas que vivem na região onde ocorre a pulverização, resultando em doenças, sobretudo o câncer. (5)

Outra notícia relevante é a inauguração da nova fábrica de celulose da Suzano no Maranhão, em março de 2014, com uma capacidade produtiva de 1,5 milhão de toneladas ao ano. (6) Para escoar essa produção, e também a futura produção de pellets do projeto de plantações para biomassa, a Suzano tem buscado ter um porto de exportação próprio em uma localidade próxima à cidade de São Luís. Mas, à medida em que o projeto começou a ser implementado, ficou evidente que afetaria em cheio as famílias da comunidade de Cajueiro, que habitam a área há anos, sobrevivendo da pesca e da coleta de mariscos. Com a ameaça de expulsão, os moradores começaram a se mobilizar para resistir e defender seus direitos, inclusive com uma proposta de criação, na área, de uma reserva extrativista em benefício permanente das comunidades. (7) A Defensoria Pública do Estado conseguiu uma liminar, em outubro de 2014, paralisando o licenciamento ambiental do projeto do porto. A Defensoria qualificou a retirada das pessoas pela empresa privada responsável pela construção do porto como prática de remoção compulsória – uma violação da lei. Mesmo assim, a empresa tem amedrontado membros da comunidade. Eles reclamam de constantes ameaças para que abandonem a área, por parte de milícias que andam armadas na comunidade. Em função de sua resistência, a Secretaria de Meio Ambiente chegou a cancelar a audiência pública sobre o licenciamento da obra, que estava prevista para outubro de 2014. (8) Em novembro, a Suzano se distanciou do enorme conflito que se instalou em torno do projeto, declarando em nota não ter nenhuma relação com a empresa que executa o empreendimento e já ter abandonado o projeto do porto. Isso apesar de a governadora do Estado ter desapropriado uma área na comunidade de Cajueiro unicamente em favor da Suzano, em 2011. Enquanto isso, a violência continua, e até o final de dezembro, 16 casas já tinham sido derrubadas na comunidade (9).

Outros problemas e conflitos novos envolvendo a Suzano também têm aparecido no Maranhão e em outros estados. Com mais uma fábrica de celulose que acabou de entrar em operação, a empresa busca crescer mais e, conseqüentemente, avança com suas plantações sobre territórios habitados e usados por comunidades. A lógica empresarial, com sua “fome” de mais e mais terras, será sempre geradora de conflitos com as comunidades locais, que dependem dos seus territórios para sobreviver, e um incentivo ao desmatamento, à contaminação e à degradação ambiental da região.

Mas nem tudo é má notícia sobre a atuação da Suzano no estado de Maranhão. No final de 2014, o Instituto Federal da Reforma Agrária (INCRA) desapropriou duas áreas no município de Chapadinha, e o Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA) regularizou outras duas nos municípios de Santa Quitéria e Urbano Santos. Todas são áreas que pertencem a comunidades tradicionais e estavam na mira da Suzano. Vale lembrar que se trata de reivindicações das comunidades que tinham sido reforçadas numa ação de solidariedade, um abaixo-assinado, por ocasião do 21 de setembro de 2013, Dia Internacional de luta contra as monoculturas de árvores. O abaixo-assinado foi articulado internacionalmente pelo WRM junto à sua rede de apoio e depois endossado também pela organização alemã “Rettet den Regenwald” e sua rede, resultando em milhares de assinaturas em defesa das comunidades no Maranhão e sua legítima luta pela regularização do seu território.

Essa boa notícia nos motiva a continuar apoiando a luta pela terra e a sobrevivência das comunidades. Neste ano de 2015, esperamos que outras também conquistem seus direitos territoriais para que possam usufruir e cuidar dos seus territórios para sempre, em vez de estes serem degradados pelas monoculturas de árvores transgênicas que apenas visam o lucro e ameaçam a sobrevivência das comunidades e da biodiversidade.

Winnie Overbeek, [winnie@wrm.org.uy](mailto:winnie@wrm.org.uy)  
Secretariado Internacional da WRM

- (1) [http://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2013/11/Plantacoes de eucalipto para energia O Caso da Suzano.pdf](http://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2013/11/Plantacoes-de-eucalipto-para-energia-O-Caso-da-Suzano.pdf)
  - (2) <http://wrm.org.uy/pt/acoes-e-campanhas/organizacoes-do-brasil-america-latina-e-de-outros-continentes-entregam-hoje-cartas-a-comissao-tecnica-nacional-de-bioseguranca-do-brasil/>
  - (3) <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao2/a-campanha-pare-m-as-arvores-transgenicas-exige-que-o-fsc-mantenha-as-arvores-transgenicas-fora/>
  - (4) <http://faostat3.fao.org>
  - (5) <http://www.noticia10.com.br/?p=14215>
  - (6) <http://www.suzano.com.br/portal/suzano-papel-e-celulose/suzano-na-imprensa-detelhes-216.htm>
  - (7) <http://territorioslivresdobaixoparnaiba.blogspot.com.br/2014/10/defensoria-pede-suspensao-de.html>
  - (8) <http://territorioslivresdobaixoparnaiba.blogspot.com.br/2014/10/sema-cancela-audiencia-do-porto-da.html>
  - (9) <http://territorioslivresdobaixoparnaiba.blogspot.com.br/2014/12/a-milicia-da-wpr-contra-comunidade-do.html>
-



## Guatemala: críticas o processo de consulta da Mesa Redonda sobre Óleo de Dendê

Várias organizações de base em Guatemala fizeram um pronunciamento diante do processo de consulta sobre os princípios e critérios de responsabilidade social empresarial da Mesa Redonda de Óleo de Dendê (RSPO, na sigla em inglês). As organizações assinadas reuniram-se com o objetivo de conhecer, analisar e discutir os princípios e critérios propostos pela Mesa Redonda, para dar sua opinião no processo de Consulta Pública sobre o Documento de Interpretação Nacional, que será concluído no dezembro de 2014.

Consideramos importante todo o esforço de consulta que propicie uma relação mais respeitosa entre as empresas de dendê (palma), as comunidades locais afetadas e as distintas organizações da sociedade civil defensoras de direitos humanos em nosso país, visando nos afastar da prática dominante de criminalizar a luta social em busca de respeito, proteção e garantia dos Direitos Humanos para todos os cidadãos e cidadãs guatemaltecas.

O processo de Consulta Pública sobre o documento de Interpretação Nacional dos Princípios e Critérios da RSPO visa estabelecer o procedimento de certificação das empresas de dendê que operam na Guatemala como “sustentáveis”, para a comercialização de sua produção em nível global, em conformidade com as normativas assumidas pelos países compradores de óleo de dendê. Nesse sentido, consideramos que a certificação promovida pela RSPO é um marco limitado e interessado de avaliação das empresas de dendê, e que tanto a RSPO como as próprias empresas devem avançar de forma clara e decidida para enquadrar suas ações em um Enfoque de Direitos Humanos e aplicar o pleno cumprimento dos “Princípios orientadores sobre as empresas e os direitos humanos: implementação do marco das Nações Unidas para ‘proteger, respeitar e remediar’”, aprovados pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em junho de 2011.

Com relação aos Princípios e Critérios do documento de Interpretação Nacional da RSPO que está sendo revisado e que orientará a certificação das plantações de dendê já estabelecidas em nosso país, expressamos o seguinte:

1. o processo de Consulta Pública usou uma metodologia que não propiciou participação e consulta reais às comunidades afetadas e interessadas. Foram realizadas apenas quatro reuniões em nível nacional em cidade da Guatemala, Cobán, Sayaxché e Escuintla; em Sayaxché e Cobán, a convocatória foi feita pelas próprias empresas e as reuniões tiveram um caráter fundamentalmente informativo, e não consultivo; as manifestações críticas dos membros da comunidade nessas reuniões não foram atendidas e, em alguns casos, pediu-se que os participantes assinassem folhas em branco, o que eles não aceitaram.

2. A participação direta de representantes das empresas de dendê no processo de Interpretação Nacional, bem como no mecanismo de avaliação e certificação da RSPO, envolve as empresas de forma desequilibrada, convertendo-as em juiz e parte ao mesmo tempo, o que é contraditório com a vontade de promover um processo transparente que avalie suas práticas com relação a princípios universalmente aceitos. Nesse sentido, consideramos que esse processo e as avaliações posteriores deveriam ser realizados por atores independentes.

3. o documento de Interpretação Nacional da RSPO deve incluir as convenções ratificadas pelo Estado de Guatemala que promovem e buscam garantir os direitos de todos os guatemaltecos e guatemaltecas e, em particular, os direitos dos Povos Indígenas. Nesse sentido, é de especial importância a inclusão explícita da Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes, da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção, da Lei de Acesso à Informação Pública – Decreto 57-2008 e dos Acordos de Paz assinados pelo governo da Guatemala e a URNG em 1996, contidos na legislação nacional através da Lei Marco dos Acordos de Paz – Decreto 52-2005.

4. Sustentamos que os interessados – comunidades afetadas e organizações sociais interessadas – têm direito de decidir se querem ou não o estabelecimento ou a ampliação de plantações de dendê em seus territórios. Nesse sentido, o documento de Interpretação Nacional da RSPO deve explicitar às comunidades a opção de dizer “não”, e não conceber os mecanismos de negociação, o estabelecimento de “planos de mitigação” e “planos de manejo”, ou a renúncia a direitos por parte das comunidades e a compensação desses direitos pelas empresas como únicas alternativas frente aos desacordos entre empresas e comunidades afetadas.

5. Sustentamos, também, que nenhum processo de certificação é procedente se não forem atendidas as graves denúncias das comunidades afetadas sobre tomada de terras, contaminação de fontes e cursos d’água, destruição de ecossistemas e geração de pragas, bem como a violação dos direitos trabalhistas. É importante que o processo de certificação impulsionado pela RSPO incorpore e use como referências básicas as denúncias apresentadas pelas comunidades afetadas, bem como os estudos realizados pelas organizações sociais e instituições acadêmicas sobre os distintos impactos sociais, econômicos e ambientais das plantações de dendê.

6. Por fim, consideramos improcedente a inclusão do Princípio 7, referente às condições sob as quais se poderiam estabelecer novas plantações de dendê em nosso país. Sustentamos que não se devem estabelecer novas plantações de dendê nem ampliar as já existentes, dados os impactos negativos evidenciados e comprovados em matéria de segurança e soberania alimentar, ambiental, econômica e social.

Comité de Unidad Campesina (CUC)  
Consejo Nacional de Desplazados de Guatemala (CONDEG)  
Consejo de Instituciones de Desarrollo (COINDE)  
Alianza para el Desarrollo Rural Integral (ADRI)  
Asociación de Servicios Comunitarios de Salud (ASECSA)  
Asociación de Forestería Comunitaria de Guatemala Utz Che'  
Asociación Organización Maya para la Paz y el Desarrollo de Sayaxché (MAYAPAZ)  
Asociación Civil No Lucrativa para la Defensa y Promoción de los Intereses Relacionados con el Desarrollo Campesino de Occidente (ADECO)  
Centro Internacional para Investigaciones en Derechos Humanos (CIIDH)  
Colectivo de Estudios Rurales Ixim (CER-Ixim)  
Coordinación de ONG's y Cooperativas (CONGCOOP)  
Fundación Guillermo Toriello (FGT)  
Federación de Estudiantes de Agronomía de Guatemala (FEAG)  
Action Aid Guatemala  
OXFAM en Guatemala  
TROCAIRE  
VSF Justicia Alimentaria Global

Guatemala, 11 de dezembro de 2014

<http://www.albedrio.org/htm/otrosdocs/comunicados/variasorganizaciones-137.html>



“Tirando a polpa de madeira” da alimentação local

Um dos gigantes de papel e celulose da Indonésia, a Asia Pulp & Paper (APP), está planejando construir uma nova fábrica de celulose, não só para fornecê-la a indústrias de papel do Grupo APP,

mas também para ter a sua própria produção de papel. A destruição das turfeiras onde estão localizados vários dos povoados que seriam afetados pela construção e operação da fábrica poderia causar enchentes e a destruição de sistemas agrícolas estabelecidos há muito tempo. Além disso, a contínua expansão das concessões de plantações industriais de árvores sobre as turfeiras de Sumatra do Sul já está causando aumento da poluição atmosférica, incêndios e impactos sociais negativos.

Em 2012, a Asia Pulp & Paper (APP) anunciou seu plano de construir uma nova fábrica de celulose com capacidade instalada de dois milhões de toneladas por ano. A fábrica, chamada de “PT OKI Pulp & Paper”, seria localizada na Província de Sumatra do Sul, para ser mais preciso, em Air Sugihan, distrito de Ogan Komering Ilir (OKI). O objetivo era não apenas fornecer polpa de madeira para indústrias de papel do Grupo APP, mas também construir a sua própria fábrica. A PT OKI deveria se tornar a maior fábrica de celulose e papel da Ásia.

O investimento necessário estimado para a fábrica de celulose era de 2,6 bilhões de dólares. Como a nova empresa construiria mais uma fábrica de papel absorvente de 500 milhões de dólares, o investimento total seria de mais de 3 bilhões. Parte dos recursos viria de um crédito de 1,8 bilhão de dólares do China Development Bank (CDB). O acordo de crédito foi assinado pelo então presidente da Indonésia Susilo Bambang Yudhoyono e pelo presidente chinês Xi Jin Ping, em Jacarta, durante o almoço de negócios Indonésia-China, em 3 de outubro de 2013 (1). O saldo (839 milhões de dólares) para a construção da fábrica de celulose seria fornecido pelos acionistas da PT OKI.

De acordo com a Carta de Princípios de Investimento do Conselho de Coordenação de Investimentos da Indonésia (Badan Koordinasi Penanaman Modal, BKPM) Número 361/1/IP/II/PMA/2012, de 5 de Junho de 2012, todo o capital necessário viria de fontes estrangeiras, ou seja, da PT Muba Green Indonesia (99%) e da Green Unity Holding Pte, Ltd (1%); ambas com sede em Cingapura. O investimento total de 23 trilhões de rúpias indonésias viria de capital próprio (250 bilhões) e de um empréstimo (22,75 trilhões). Estimou-se que a fábrica empregaria 2.200 trabalhadores, entre os quais estariam 200 mulheres.

A Carta do BKPM também observa que a PT OKI deve providenciar sua própria eletricidade, bem como evitar branqueamento com sulfito/cloro, e obter matérias-primas a partir de importações ou das concessões de plantações de árvores industriais já existentes (por exemplo, o Acordo de Cooperação para Fornecimento de Madeira entre a PT OKI Pulp & Paper Mills e a PT Bumi Mekar Hijau, que tem uma Permissão para Exploração de Madeira desde 2004).

Na província de Sumatra do Sul, o Sinar Mas Group, um dos maiores conglomerados da Indonésia, do qual a APP é subsidiária, tem oito concessões de plantações industriais de árvores, gerenciadas por suas subsidiárias locais PT Rimba Hutani Mas (67.100 ha), PT Sumber Hijau Permai (30.400 ha), PT Bumi Persada Permai (60.433 ha e 24.050 ha), PT Tripupa Jaya (21.995 ha), PT Sebangun Bumi Andalas (142.355 ha), PT Bumi Mekar Hijau (250.370 ha) e PT Bumi Andalas Permai (192.700 ha).

De acordo com a informação pública disponível aos acionistas da PT Pabrik Kertas Tjiwi Kimia Tbk – a garantidora da PT OKI – a composição acionária da PT OKI Pulp & Paper é a seguinte: PT Muba Green Indonesia (29,42%), Perseroan (35,29%) e PT Pindo Deli Pulp and Paper Mills (35,29%). A PT Pindo Deli Pulp and Paper Mills é a empresa matriz da PT Lontar Papyrus Pulp & Paper Industry – uma fábrica de celulose e papel que opera na província de Jambi (2). A maior acionista da PT Pindo Deli Pulp and Paper Mills, a PT Purinusa Ekapersada (97,73%), também é a maior acionista da PT Tjiwi Kimia Tbk (60%). Sendo assim, foi um negócio feito dentro de um grupo empresarial – um modelo de negócios de baixo risco e rigidamente controlado, que oferece garantia e apoio mútuo.

O que precisa ser analisado é a forma e o regime do financiamento. Por exemplo, o acordo de crédito com o China Development Bank (CDB) envolveu dois presidentes – qual o status do então presidente Susilo Bambang Yudhoyono ou da Indonésia como país, a esse respeito? A Indonésia já foi gravemente atingida por crises econômicas como resultado da enorme quantidade de empréstimos externos assumidos pelo setor privado, nos quais o Estado tem que arcar com todas as consequências. O próprio CDB é um banco estatal chinês e, portanto, totalmente controlado pelo Conselho de Estado da China.

A província de Sumatra do Sul, onde a PT OKI seria construída, deu início a um programa chamado “Sumatra do Sul: um Celeiro Nacional de Alimentos”. O plano geral já foi desenvolvido e define o planejamento do governo provincial no médio prazo, com ambiciosos objetivos de produção de algumas commodities importantes: arroz (2 milhões de toneladas), milho (200 mil toneladas), borracha (800 mil toneladas), óleo de dendê cru (1,8 milhão de toneladas), café (150 mil toneladas), copra (70 mil toneladas), gado (623.740 cabeças), camarão (35 mil toneladas), peixes de criadouro (28 mil toneladas) e madeira para celulose (10,3 milhões de metros cúbicos) (3).

A inclusão de óleo de dendê cru e celulose no plano geral reflete a dependência em relação a modelos baseados em grandes monoculturas destinados a abastecer gigantes industriais exportadores. Por outro lado, a natureza ambiental e socialmente destrutiva dessas commodities monocultoras, que não têm relação direta com o sistema local de cultivo de alimentos, não é levada em consideração.

Várias aldeias no subdistrito de Air Sugihan, distrito de OKI, podem ser afetadas pela construção e a operação da PT OKI, como Suka Maju, Tirta Mulya, Sri Jaya Baru, Mukti Jaya, Bandar Jaya, Banyu Biru e Jadi Mulya. A maioria das aldeias está localizada em terras de turfeira e cultivo de arroz, um alimento básico na Indonésia.

Tomemos como exemplo a aldeia de Jadi Mulya, que está localizada em Parit 23, Bloco D, Air Sugihan. Os moradores praticam o cultivo de arroz irrigado pela chuva e construíram um assentamento integrado que se ajusta às características das turfeiras (ou seja, com canais para regular a circulação e transporte de água). Os moradores disseram que a PT OKI seria construída em terreno de turfa que, se não fosse bem administrado, inundaria a aldeia, interrompendo o antigo sistema agrícola. Além disso, a PT OKI seria limítrofe à área protegida onde vivem crocodilos e várias outras espécies endêmicas. Outra preocupação é a gestão de resíduos – onde a empresa eliminaria os resíduos? Despejar o lixo no rio afetaria muito o sistema agrícola local.

Uma nota crítica da Amigos da Terra/WALHI – Sumatra do Sul revela que a expansão das concessões de plantações industriais de árvores nas turfeiras de Sumatra do Sul, incluindo as do Distrito de OKI, levou ao aumento da poluição atmosférica. Mais de 500 incêndios foram identificados dentro da concessão do Grupo Sinar Mas, em agosto e setembro de 2014 (4). Um jornal de circulação nacional também informou que o distrito de OKI estava entre os mais poluídos da província (5).

Em 5 de fevereiro de 2013, a Asia Pulp & Paper (APP), a empresa-matriz do grupo Sinar Mas, lançou sua Política de Conservação Florestal (FCP), comprometida com baixas emissões, o que certamente se refere a controle de incêndios. É importante que a APP forneça informações de forma pública sobre os impactos da expansão de suas plantações industriais de árvores (por exemplo, sobre os inúmeros incêndios e o aumento da poluição do ar).

Umi Syamsiatun, CAPP-ecological Justice Foundation, [umi.cappa@gmail.com](mailto:umi.cappa@gmail.com)

(1) APP dapat Pinjaman US\$ 1,8 Untuk Bangun Pabrik Pulp Terbesar di RI, Okezone.com

(2) Annual Report 2009 PT Lontar Papyrus Pulp & Paper Industry

(3) Master Plan Lumbung Pangan Sumatera Selatan, 2005

(4) [www.walhi-sumsel.blogspot.com](http://www.walhi-sumsel.blogspot.com)

(5) <http://news.metrotvnews.com/read/2014/11/03/313616/oki-tolak-dianggap-penghasil-asap-di-sumsel>



## Chile: o desacreditado selo FSC continua legitimando monocultivos industriais

As empresas Forestal Mininco e Forestal Arauco concentram a grande maioria das atividades florestais no Chile, com quase dois milhões de hectares para monocultivos de espécies exóticas, principalmente pinus e eucalipto. Apesar da resistência, das denúncias e das graves críticas de diversas organizações e comunidades indígenas Mapuche, ambas as empresas foram certificadas com o selo FSC por consultorias estrangeiras.

O Conselho de Manejo Florestal (FSC, na sigla em inglês) tem como objetivo obter um “manejo ambientalmente apropriado, socialmente benéfico e economicamente viável das florestas do mundo”. O FSC certifica produtos de madeira, papel ou outros derivados da floresta para, em teoria, garantir um manejo florestal “sustentável”. Para receber a certificação, operadores e fornecedores florestais devem aderir a dez princípios e critérios de manejo florestal, que incluem o respeito aos direitos dos Povos Indígenas. O processo de certificação se dá através de consultorias externas. Em muitos casos, como no chileno, as consultorias outorgaram o selo FSC a empresas que são alvo de graves críticas sociais e ambientais.

Nos últimos anos, a certificação FSC se converteu em um padrão para a regulamentação do mercado internacional de madeira e produtos derivados. Embora o acesso seja voluntário, ela é praticamente

um requisito para a exportação. Por exemplo, quando os países da União Europeia passaram a exigir esse selo, as empresas chilenas foram obrigadas a aderir a seus procedimentos.

Um selo que ignora os povos e as florestas: Forestal Mininco e Forestal Arauco

As plantações das empresas Forestal Mininco e Forestal Arauco se expandiram no centro-sul do Chile, junto a diversas plantas de celulose para papel. Há denúncias por graves atos de contaminação relativas a todas as suas fábricas. As plantações, por sua vez, geraram muitos impactos socioambientais, principalmente sobre as fontes de água, conflitos com comunidades indígenas mapuches, que reclamam suas terras ancestrais em poder dessas empresas, bem como a violação de lugares sagrados.

Em janeiro de 2011, a “Alianza Territorial Mapuche”, junto a diversas comunidades, denunciou que grande parte da área de certificação da Forestal Mininco coincide com território ancestral mapuche. A Alianza afirmou que a empresa não respeita as comunidades nem seus territórios e mostrou uma série de casos de violência e conflitos gerados pela empresa. Por sua vez, em setembro de 2011, o “Grupo de Trabalho pelos Direitos Coletivos” apresentou às certificadoras do FSC – SmartWood Program/Rainforest Alliance e Woodmark – antecedentes sobre as más práticas de ambas as empresas. O Grupo as instou a não ser cúmplices das violações aos direitos humanos e dos graves danos e conflitos sociais, ambientais e econômicos que essas empresas vêm causando. Por sua vez, a Forestal Arauco deu início ao processo em 2009, tendo a Woodmark como certificadora. O “Grupo de engenheiros pela floresta nativa” também declarou que, segundo as evidências compiladas, a Forestal Arauco não cumpriu os princípios do selo.

Não obstante, ambas as empresas foram certificadas. A Rainforest Alliance se encarregou de certificar, em 2012, as plantações de pinus e eucalipto da Forestal Mininco, ignorando a longa lista de conflitos de terra com comunidades mapuches, as diversas denúncias por atos de violência e inclusive a perda de lugares sagrados do povo mapuche. Além disso, a Rainforest Alliance registrou alguns desses espaços. Já a Woodmark rejeitou inicialmente a certificação da Arauco em 2013, mas acabou concedendo o selo, em setembro do mesmo ano.

Diversos grupos da sociedade civil, organizações, associações de moradores e comunidades camponesas e indígenas solicitaram que se impugnasse o certificado dado pelo FSC à Forestal Arauco em janeiro de 2014. Além disso, em agosto de 2014, a comunidade mapuche Eugenio Araya Huillifir, de Renaico, interpôs um recurso de cumprimento forçado contra a Forestal Mininco, para que a empresa paralisasse os trabalhos que realizava em territórios em processo de recuperação territorial. Em dezembro de 2014, a comunidade mapuche Juan Bautista Jineo denunciou novamente os danos causados pela empresa aos terrenos da comunidade, como consequência das atividades de plantação realizadas na propriedade vizinha. Nesse mesmo mês, a Arauco foi denunciada por autoridades mapuches e pesquisadores da cultura, pelos graves impactos causados a seus lugares de importância sagrada e espiritual.

Ambas as empresas pressionam as autoridades para militarizar e criminalizar as comunidades, bem como para aplicar a lei antiterrorista.

Impactos das empresas florestais e o questionamento às consultoras certificadoras

O FSC contribui para expandir os monocultivos florestais em nível mundial. Diversos povos e organizações vêm denunciando insistentemente seus muitos impactos. Entre eles, estão destruição da floresta nativa, perda dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, uso indiscriminado de praguicidas e contaminação, cercamento de comunidades rurais pelos monocultivos, destruição de caminhos rurais e poluição pelo trânsito de maquinário pesado, principalmente em tempos de colheita, perda de flora e fauna, perda da soberania alimentar ao se substituírem pastagens e solos agrícolas por monocultivos, transgressão de lugares sagrados e pobreza.

A certificação de plantações industriais de monocultivos é inaceitável. O FSC se apresenta ao mundo como o selo mais confiável e respeitado para produtos madeireiros, inclusive porque conta, entre seus membros, com várias ONGs. As críticas apontam novamente ao debate fundamental sobre o padrão de consumo excessivo. Se não se detiver o consumo de papel e derivados, será difícil conter a expansão de plantações de árvores. No Chile, o selo FSC continua se expandindo. É imperativo expor as contradições e mentiras nos processos de certificação, bem como os objetivos dos próprios selos, já que eles são cúmplices de transgressões aos direitos humanos e de graves impactos socioambientais.

Extraído de “El desacreditado sello FSC en Chile a causa de las certificaciones a empresas forestales” de Alfredo Seguel, editor da agência de notícias mapuche Mapuexpress, <http://www.mapuexpress.org/2014/12/30/el-desacreditado-selo-fsc-en-chile-a-causa-de-las-certificaciones-a-empresas-forestales#sthash.OtGD9Kkj.lqzykeIA.dpuf>

---



## Cercando territórios em busca de lucro financeiro

O cercamento de terras, florestas e água por empresas privadas e ou por Estados não é um fenômeno novo. Muito do que cresce na terra, daquilo que é cultivado pelos seres humanos, que flui sobre e sob a terra, que forma paisagens e ecossistemas, que é construído na terra e que é extraído da terra tem sido mercantilizado. O que é novo é a variedade de meios, mecanismos e instrumentos pelos quais se exerce o controle político e econômico sobre a terra e a natureza, e pelos quais a terra e a riqueza baseada nela estão se transformando em produtos em novos mercados. Países com grandes economias agrárias no sul global já abriram suas fronteiras ao investimento estrangeiro direto, com muitos desses investimentos sustentados por complexos contratos de financiamento e múltiplas fontes de capital, incluindo financiadores públicos, privados e multilaterais. Muitas vezes, as populações locais afetadas por esses negócios perdem seus meios de subsistência, suas casas, culturas, identidades e o acesso a alimentos. São expulsas à força ou deslocadas, e muitas vezes empurradas para o trabalho assalariado precário e mal remunerado.

A disseminação do neoliberalismo em grande parte do mundo desde a década de 1980 deu um novo ímpeto à tomada dos sistemas agrícolas e alimentares pelas empresas. A desregulamentação financeira permitiu que os mercados de commodities se expandissem rapidamente e a novas áreas, através de novos instrumentos financeiros, e também permitiu que novos atores entrassem nas arenas de investimento em terras, agricultura e alimentos. Os bancos criaram novos tipos de instrumentos financeiros que fundiram commodities agrícolas, terras, minérios e investimentos futuros em energia (2) e direcionaram grandes quantidades de capital de investimento não regulamentado à terra e à natureza. Muitos instrumentos financeiros agrícolas transformaram o próprio risco em um novo tipo de ativo, aumentando, assim, a volatilidade dos preços das commodities e a incerteza econômica para pequenos produtores agrícolas que não tinham qualquer proteção contra esses novos riscos de mercado.

Ao longo dos últimos dez anos, atores e instrumentos financeiros, como fundos soberanos, empresas de private equity, seguradoras, fundos multimercado (hedge), bancos de investimento e outras empresas financeiras, envolveram-se com negócios de terras, florestas, minérios e água. O recente colapso do mercado financeiro gerou um redirecionamento do capital de investimento a empreendimentos de caráter especulativo em terras, alimentos e agrocombustíveis. Embora a terra, em si, seja inamovível, a financeirização permite que a riqueza que brota dela se movimente em todo o mundo na forma de instrumentos financeiros passíveis de troca, que podem ser negociados em mercados distantes. Assim, um lugar pode ser submetido a vários regimes de financeirização, por exemplo, com Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), comércio de carbono florestal e uma plantação de árvores de crescimento rápido (ver Boletins [175](#) e [181](#) do WRM).

### A subversão dos direitos, regulamentação e governança

A concentração da terra e das riquezas baseadas nela é uma violação dos direitos humanos que tem amplos impactos negativos na qualidade do meio ambiente, na biodiversidade, na sociedade, na cultura, no emprego, nos meios de subsistência e na saúde. As promessas feitas pelos investidores às comunidades afetadas, de proporcionar emprego, escolas, saúde e outros serviços sociais, raramente se materializam. Os empregos são mal pagos, precários, muitas vezes em condições de trabalho inseguras, e é comum a migração por falta de opção. As populações locais têm roubada sua agência para tomar decisões sobre como usar, gerenciar e governar suas terras e seus territórios, e – como migrantes – sua capacidade de participar dos processos políticos. Aqueles que resistem às incursões em suas terras e seus territórios enfrentam ameaças de violência, intimidação, detenções arbitrárias e encarceramento, execuções extrajudiciais e desaparecimentos.

Os Estados possibilitam esses cercamentos ao implementar políticas, leis e regulamentações que favorecem mercados, e ao usar seu aparato jurídico e de segurança para reprimir e punir quem resiste. Instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial ou o Banco Asiático de Desenvolvimento, agências multilaterais, como a ONU, instituições internacionais de políticas públicas, corporações

transnacionais e até mesmo algumas organizações da sociedade civil têm buscado reenquadrar a concentração de terra, água e recursos e reapresentá-la como sendo investimentos em que todos têm a ganhar. O domínio do “público” também está sendo orientado à privatização, por meio de parcerias público-privadas em que o dinheiro público é usado para financiar operações privadas no desenvolvimento de infraestruturas, fornecimento de bens e serviços essenciais, transporte, etc. Estados, corporações e instituições internacionais entram em conluio para financeirizar terras, colheitas, água, carbono, solo, minerais, metais, carvão, petróleo e energia, permitindo que os mercados financeiros penetrem mais profundamente na economia real.

O Banco Mundial tem cumprido um papel central na promoção dos mercados de terras em países do Sul, ao financiar reformas das leis de posse da terra que estabeleceram regimes de propriedade privada, facilitaram transações de terras e permitiram que indivíduos ricos e poderosos as usassem para obter ganhos financeiros e especulativos. A “Economia Verde”, formulada pelo Programa Ambiental da ONU, promove a financeirização ao propor um regime em que os ecossistemas e a biodiversidade são avaliados em termos monetários e não pelas variedades de vida que sustentam, permitindo novas fontes de onde os investidores e o capital financeiro possam extrair receita da natureza. A “Economia Verde” trata a natureza e suas funções e capacidades como “capital natural”, e tem como objetivo atribuir valores monetários à captação e ao armazenamento de carbono, à criação de zonas de captação de água e à estabilidade dos ciclos da água, à fertilidade do solo, etc. Esses valores monetários são transformados em pacotes para ser negociados em mercados internacionais e atrair investimentos e financiamento para o desenvolvimento.

Para satisfazer esses mercados de ecossistemas, os direitos que as comunidades e populações locais têm de tomar decisões sobre uso, gestão e governança das terras e das funções que as sustentam lhes são retirados e substituídos por regimes regulatórios que permitem a mercantilização e a financeirização (3). Esses regimes proporcionam condições sob as quais investidores externos podem adquirir terra e recursos associados com um verniz de responsabilidade, transparência, democracia e participação. Assim, o crescente poder dos mercados e do capital financeiro está moldando a governança da terra e dos recursos naturais de modo perigoso.

#### Repensando a governança

Para a maioria dos formuladores de políticas, a governança da terra e dos recursos naturais é um exercício técnico-administrativo de mapeamento, definição, classificação, zoneamento, quantificação e avaliação, que permite ao Estado controlar, alocar e obter receita a partir do acesso, da posse e dos direitos de propriedade por meio de registros, cadastros, títulos, contratos de arrendamento, impostos, etc. Embora possam parecer neutras, essas ações são exercícios de poder e autoridade que têm potencial para consolidar ou transformar as estruturas de poder das sociedades.

Para aqueles cujas vidas, meios de subsistência, culturas, sociedades e identidades são virados de cabeça para baixo por investimentos destrutivos, a concentração de terras e recursos não pode ser regulamentada, e sim deve ser interrompida incondicionalmente. O reconhecimento dos direitos de camponeses, agricultores, habitantes da floresta, pescadores, pastores, povos indígenas e outras comunidades locais à autodeterminação, a suas legítimas reivindicações a terras e ecossistemas, e seu enraizamento e respeito pela natureza são pré-requisitos para a construção de sistemas democráticos e justos de governança da terra.

Com base nos artigos “[Challenging Financial Sector Backing to Land Enclosures](#)” e “[Redefining Governance: Challenging Markets](#)”, de Shalmali Guttal.

Shalmali Guttal é Coordenador do Programa Defending the Commons, Focus on the Global South, <http://focusweb.org/>

(1) [www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03066150.2011.559008#.VKoqp2SUdhq](http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03066150.2011.559008#.VKoqp2SUdhq)

(2) Um contrato de futuros é um contrato entre duas partes para comprar ou vender um ativo por um preço acordado hoje (o preço futuro) com entrega e pagamento em um momento futuro, a data de entrega. Por se tratar de uma função de um ativo subjacente, os contratos de futuros são considerados um derivativo. Os contratos são negociados em bolsas de futuros, que funcionam como mercados entre comprador e vendedor.

(3) [www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03066150.2012.691879#.VLfcNicqo7D](http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03066150.2012.691879#.VLfcNicqo7D)

## POVOS EM AÇÃO

### Nigéria: Contos da Terra da Concentração

Um documentário da Land Justice for West Africa mostra como as comunidades ogonis, já muito afetadas pela indústria do petróleo no delta do Níger, agora estão perdendo seus territórios para uma plantação de banana. Apesar da oposição de milhares de pequenos agricultores, o governo do estado de Rivers pretende se apropriar de



mais de 2.000 hectares de terras ancestrais das comunidades ogonis e as entregar a uma empresa privada registrada no México, para uma plantação comercial de bananas. Este é um importante exemplo da especulação imobiliária por meio das chamadas parcerias público-privadas (PPP), levando ao desalojamento das populações. Dificuldades sociais e econômicas, violações dos direitos humanos, incluindo assassinatos cometidos por agentes do Estado, e uma situação geral de insegurança foram consequências do despejo forçado. As comunidades afetadas temem que a concentração de terras tenha impactos adversos sobre a produção local de alimentos e meios de subsistência. Veja o documentário completo, em inglês, em: <http://landjustice4wa.org/tales-of-grabland/#more-1572>



### Reunião de representantes de toda a Papua pede dez anos de moratória sobre as indústrias de plantações e silvicultura

Representantes das comunidades indígenas, ambientalistas e defensores dos direitos humanos de toda a Papua Ocidental se reuniram em Jayapura (4 a 7 de novembro de 2014) para discutir os problemas relacionados às indústrias florestais e às grandes plantações que, nos últimos anos, vêm se expandindo rapidamente pela ilha. Os participantes trocaram experiências sobre as injustiças que já duram muito tempo, relacionadas a plantações em Jayapura, Keerom e Boven Digoel. Participantes do extremo sul de Papua contaram como foram marginalizados pelas plantações ligadas ao desenvolvimento do agronegócio. Outros, de Sorong, Nabire e Mimika, descreveram os muitos problemas que começaram a surgir à medida que as empresas chegavam. Delegados das baías de Bintuni e Wondama explicaram como os efeitos da indústria madeireira sobre as comunidades não são menos destrutivos. Em muitos desses exemplos, surgem os mesmos problemas: intimidação por parte de militares e policiais, perda dos meios de subsistência quando a floresta é destruída, promessas de levar desenvolvimento às comunidades, que são descumpridas pelas empresas, e problemas ambientais como poluição, inundações e perda de fontes de água. Levando tudo isso em consideração, os participantes concordaram em exigir, entre outras coisas, uma moratória de dez anos nas grandes plantações e no investimento florestal. Veja a nota completa, em inglês, aqui: <https://awasmiffee.potager.org/?p=1092>



### “Esta terra é para todos nós”: uma comunidade rama em Bangkukuk, na Nicarágua, fala sobre o Projeto do Grande Canal

Há séculos, o povo rama vive na costa caribenha da Nicarágua. Em junho de 2013, o governo assinou um contrato de exclusividade com uma empresa de desenvolvimento sediada em Hong Kong, para construir um imenso canal atravessando o país, com uma concessão de 100 anos. A rota proposta cruzará quase um milhão de hectares de floresta e zonas úmidas e desalojará centenas de povoados, incluindo o povoado rama de Bangkukuk. Descumprindo-se leis nacionais e convenções internacionais, o povo rama nunca foi consultado. O trabalho de construção do canal começou em 22 de dezembro de 2014. Um vídeo da “PreetyGoodProductions” destaca as vozes contrárias e inquietas do povo rama. Veja o vídeo completo, em inglês, aqui: <http://news.mongabay.com/2014/1211-hance-bangkukuk.html> e em espanhol: <https://vimeo.com/118428760>

### Equador: Chevron-Texaco deve pagar pela devastação causada na Amazônia

A União de Afetados e Afetadas pelas Operações Petrolíferas da Texaco (UDAPT) vem lutando há mais de 20 anos para forçar a Chevron-Texaco



a pagar pela contaminação devastadora que causou na Amazônia equatoriana e assumir a responsabilidade por suas ações. As diferentes iniciativas lançadas pela UDAPT em diferentes países estão perto de atingir seu objetivo. Para chegar lá, a UDAPT precisa de mais verbas, e pede às pessoas para tuitar a mensagem: “RT! Crowdfunding pelos afetados pela Chevron no Equador! Por favor, junte-se à causa e doe!” [http://ow.ly/FZQTd@Chevron\\_Toxico](http://ow.ly/FZQTd@Chevron_Toxico). Para ajudar a UDAPT a preparar os roteiros ambientais, sociais e culturais para a recuperação das áreas contaminadas, as doações podem ser feitas no (site em inglês): [www.indiegogo.com/projects/the-battle-for-the-remediation-of-the-amazon](http://www.indiegogo.com/projects/the-battle-for-the-remediation-of-the-amazon). Você também pode votar contra a Chevron no Prêmio Public Eye, que distingue a empresa mais irresponsável do mundo: (em inglês) <http://publiceye.ch/case/chevron> e (em espanhol): <http://www.opsur.org.ar/blog/2014/11/20/chevron-es-nominada-como-la-empresa-que-mayores-problemas-causa-a-la-humanidad/>

## RECOMENDADOS



### Ideias para o pensamento político da Via Campesina na Amazônia

O coletivo de coordenação da Via Campesina no estado de Pará, no Brasil, fez o esforço de colocar em livro as lutas que acontecem no tempo político amazônico e também suas iniciativas organizadas. Além de uma introdução sistematizada com enfoque nas ideias sobre o campesinato e o novo lugar que ele ocupa nos debates de conceitos históricos, há um duelo de perspectivas com o imperialismo ecológico ambiental. Essas formulações não têm caráter meramente conjuntural, inscrevendo-se nos desafios que enfrenta a classe trabalhadora da Amazônia. Nesta última década, aplicaram-se todas as possibilidades da frente neodesenvolvimentista na Amazônia. A reprimarização da economia aumentou as contradições da região, transformando-a em uma zona de sacrifício. Este livro redime, no campo popular, uma Amazônia em luta, transformada em inúmeros conflitos contra o capital, bem como em uma disputa de saberes e poder. Veja o livro, em português, aqui:

[http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ideias%20via%20campesina\\_dez2014.pdf](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ideias%20via%20campesina_dez2014.pdf)



### Ganância e resistência na floresta tropical de Sarawak

O livro Money Logging, recém-lançado, documenta a política local, a cumplicidade internacional e a resistência representada pela luta contra a transformação das florestas tropicais de Sarawak em monocultura de dendzeiros e barragens hidrelétricas. O autor, Lukas Straumann, aponta Abdul Taib Mahmud, ex-governador do estado malaio de Sarawak, como o chefe dessa máfia asiática da madeira, enquanto mostra que a família Taib, com a cumplicidade das instituições financeiras globais, tem lucrado cerca de 15 bilhões de dólares. Além disso, uma série de 12 barragens de grande porte, duas das quais já foram construídas, inundaria 1.600 quilômetros quadrados de floresta tropical e desalojaria 235 comunidades indígenas. As empresas de Taib também fornecem cimento e cabos para as usinas hidrelétricas e constroem campos de reassentamento. Comunidades indígenas e organizações ativistas ainda estão resistindo a essas expansões destrutivas.

Veja mais, em inglês, aqui: [http://www.huffingtonpost.com/peter-bosshard/greed-and-resistance-in-s\\_b\\_6350036.html](http://www.huffingtonpost.com/peter-bosshard/greed-and-resistance-in-s_b_6350036.html)

Plantar pobreza, o negócio florestal no Chile



Este documentário do jornal Resumen aborda a origem e as consequências da expansão da indústria de plantações de árvores no centro-sul do Chile. As plantações vêm se expandindo muito no país, em enormes proporções, e chegam a abarcar uns 3 milhões de hectares, afetando seriamente não apenas o meio ambiente, mas também as populações locais. As secas geradas pelo monocultivo também vêm ocasionando incêndios florestais. Muitas comunidades já conseguiram se desligar das empresas e fazer manejo e uso local das florestas. Veja o vídeo, em espanhol, aqui:

[http://www.resumen.cl/index.php?option=com\\_content&view=article&id=10694:documental-plantar-pobreza-el-negocio-forestal-en-chile&catid=8:nacional&Itemid=52](http://www.resumen.cl/index.php?option=com_content&view=article&id=10694:documental-plantar-pobreza-el-negocio-forestal-en-chile&catid=8:nacional&Itemid=52)



**Meios de subsistência locais da África ameaçados à medida que produtores de óleo de dendê tomam mais terras**

A crescente demanda global por óleo de dendê e o espaço limitado para a expansão da indústria na Ásia levaram grandes produtores a voltar seus olhos à África. As empresas também estão apostando em uma explosão na demanda pelo produto como combustível “sustentável” na União Europeia, e a África é a região produtora mais próxima. Faixas de terra foram alocadas a empresas estrangeiras para plantações de dendezeiros. Essas plantações estão causando desmatamento em grande escala e afetando os estoques de água, que também estão sendo contaminados por agrotóxicos usados nas plantações. Ao transferir as terras para a plantação exclusiva de dendê, as pessoas estão perdendo a capacidade de produzir alimentos para si. Veja o artigo completo, em inglês, aqui:

[http://www.theguardian.com/sustainable-business/2015/jan/15/palm-oil-risk-to-africa-forest?CMP=share\\_btn\\_tw](http://www.theguardian.com/sustainable-business/2015/jan/15/palm-oil-risk-to-africa-forest?CMP=share_btn_tw)



**Lavando a Diversidade: Os impactos das plantações de dendê em Palawan, Filipinas**

As plantações de dendezeiros em Palawan, como em outros lugares das Filipinas, são apresentadas como solução fundamental para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e como ferramenta para a erradicação da pobreza. No entanto, a realidade mostra um quadro diferente. Um relatório da Ancestral Land/Domain Watch (ALDAW) explica as muitas razões pelas quais as plantações de dendê devem ser interrompidas. Entre outras, essa monocultura toma conta das lavouras e dos coqueirais que sustentam a autossuficiência local. Também tem significado o desmatamento de áreas significativas de florestas antigas e secundárias, que são usadas pelos habitantes locais para a coleta de produtos florestais não madeireiros. As plantações de dendezeiros aumentam exponencialmente a presença de pragas, causam erosão dos solos e poluem importantes fontes de água. As condições de trabalho são más e, em geral, baseadas em exploração. Estratégias ambíguas para assumir o controle de terras indígenas por meio de contratos de arrendamento pouco claros, e são comuns os documentos de venda ilícitos. Os povos indígenas têm arrendado suas terras para empresas de dendê por até 500 pesos filipinos (cerca de 10 euros) por ano, por hectare. No geral, conclui o relatório, a expansão do dendê se dá à custa das economias locais e de diversos tipos de vegetação existente. Recursos essenciais (produtos florestais não madeireiros, plantas medicinais, animais de caça, mel silvestre, etc.), que são fundamentais para a sobrevivência diária das famílias, vêm sendo completamente esgotados. Veja o relatório completo, em inglês, aqui:

<http://www.regenwald.org/files/en/ALDAW%20NTFP%20OIL%20PALM%202014%20REPORT.pdf>



## Documentário “A natureza, novo paraíso financeiro”

Quanto vale a natureza? Quanto ela pode aportar? Em uma época em que se teme o pior para a biodiversidade, este documentário revela como bancos e investidores privados convertem cada vez mais os recursos naturais em objetos de especulação. La naturaleza, nuevo paraíso financiero, mostra os mecanismos de um sistema nascente que pode vir a ser uma manifestação de hipocrisia mundial. Interrogando financistas, especialistas e pensadores, o filme confronta pontos de vista antagônicos e apresenta vários exemplos concretos de populações e meios naturais ameaçados por essas novas práticas. A investigação mostra um vasto panorama dos interesses em jogo e dos grupos de pressão que atuam em torno ao “novo” capital natural, e se pergunta, por fim, quais são os valores defendidos realmente por aqueles que põem preço na natureza. Com efeito, a especulação e a queda desses novos mercados poderiam desembocar em uma nova crise financeira. O documentário de 88 minutos pode ser assistido no dia 3 de fevereiro de 2015, às 20:50 (França) em Arte France: [www.arte.tv](http://www.arte.tv), e ficará à disposição gratuitamente, por uma semana.



Facebook



Twitter



Ir para página do WRM

Assine o boletim mensal do WRM

### Boletim mensal do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editor en jefe: Winfridus Overbeek

Redactora responsable: Joanna Cabello

Apoyo editorial: Elizabeth Díaz, Jutta Kill, Flavio Pazos, Teresa Perez, Jutta Kill

Secretaria Internacional del WRM

Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay  
tel/fax: 598 2413 2989

mail: [wrm@wrm.org.uy](mailto:wrm@wrm.org.uy)  
<http://www.wrm.org.uy>

---